

## CCAB Agro S.A.

CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

Balço Patrimonial em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais)						
Ativo	Nota	30/06/2022	30/09/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	30/09/2021	Nota	30/06/2022	30/09/2021	Nota	30/06/2022	30/09/2021	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	07	138.276	28.524	Fornecedores	20	363.011	266.401	Receita operacional líquida	27	803.393	740.309	Lucro líquido do período	9.850	29.154
Contas a receber de clientes	08	473.642	381.062	Empréstimos e financiamentos	21	212.935	110.707	Custos dos produtos e mercadorias vendidas	28	(696.706)	(620.339)	Ganho (perda) sobre hedge de fluxo de caixa	2.762	46.614
Estoques	09	212.086	137.447	Partes relacionadas	11	132.944	139.716	Lucro bruto		106.687	119.970	Efeito de imposto de renda e contribuição social	15	939
Impostos a recuperar	10	39.003	41.321	Instrumentos financeiros derivativos	12	8.538	9.466	Despesas operacionais	28	(35.809)	(33.315)	Ganho (perda) sobre hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	3.701	30.765
Partes relacionadas	11	335	2.280	Obrigações com pessoal	22	4.194	4.032	Despesas administrativas e gerais	28	(31.941)	(33.101)	Resultado abrangente do exercício	13.551	59.919
Instrumentos financeiros derivativos	12	17.846	13.870	Impostos e contribuições a recolher	24	9.193	6.269	Outras despesas operacionais	29	1.451	(47.833)	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>		
Outros ativos circulantes	13	29.556	51.933	Passivo de arrendamento	18	1.741	1.664	Total das despesas operacionais		(66.299)	(114.249)			
Ativos mantidos para venda	14	3.930	5.290	Outros passivos circulantes	25	51.523	32.290	Despesas financeiras		(80.105)	(63.154)			
		914.674	661.727			784.079	570.545	Resultados financeiros		56.788	49.040			
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>				Resultado financeiro líquido	30	(23.317)	(14.114)			
Contas a receber de clientes	08	17.206	37.846	Passivo de arrendamento	18	6.257	5.855	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		17.071	(8.393)			
Impostos diferidos	15	70.757	73.280	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	5.615	4.375	Correntes	15	(3.759)	25.531			
Outros ativos não circulantes	13	9.055	11.510	Outros passivos não circulantes	25	969	969	Diferidos	15	(3.462)	12.016			
		97.018	122.636			12.841	11.199	Imposto de renda e contribuição social	15	(7.221)	37.547			
Imobilizado	17	1.192	1.403	<b>Patrimônio líquido</b>				Lucro líquido do exercício		9.850	29.154			
Ativos de direito de uso	18	7.291	6.819	Capital Social	26	110.198	110.198	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>						
Intangível	19	43.365	42.228	Reserva de capital		107.523	107.523							
		51.848	50.450	Reserva de lucros		45.078	35.228							
				Outros resultados abrangentes		3.821	120							
<b>Total do ativo</b>		<b>1.063.540</b>	<b>834.813</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.063.540</b>	<b>834.813</b>							
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>														
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais)														
Saldo em 30 de setembro de 2020	Nota	Reserva de capital				Reservas de lucros				Reserva para incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros								
Resultado abrangente do exercício														
Lucro líquido do exercício														
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos														
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos														
Transação com acionistas e constituição de reservas														
Dividendos propostos de exercícios anteriores														
Absorção de prejuízo do exercício														
Constituição de Reserva para incentivos fiscais														
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>		<b>110.198</b>	<b>28.324</b>	<b>79.199</b>	<b>6.051</b>	<b>(10.087)</b>	<b>39.264</b>	<b>–</b>	<b>120</b>	<b>253.069</b>	<b>–</b>	<b>120</b>	<b>253.069</b>	
<b>Saldo em 1º de Outubro de 2021</b>		<b>110.198</b>	<b>28.324</b>	<b>79.199</b>	<b>6.051</b>	<b>(10.087)</b>	<b>39.264</b>	<b>–</b>	<b>120</b>	<b>253.069</b>	<b>–</b>	<b>120</b>	<b>253.069</b>	
Resultado abrangente do exercício														
Lucro líquido do período														
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos														
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos														
Transação com acionistas e constituição de reservas														
Constituição de reserva legal	26c				493									
Retenção e lucros	26d						9.357							
Constituição de Reserva para incentivos fiscais														
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>		<b>110.198</b>	<b>28.324</b>	<b>79.199</b>	<b>6.544</b>	<b>(730)</b>	<b>39.264</b>	<b>–</b>	<b>3.821</b>	<b>266.620</b>	<b>–</b>	<b>3.821</b>	<b>266.620</b>	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>														
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 (Em milhares de reais)														
<p>1. <b>Contexto operacional</b> – A CCAB Agro S.A. (“Companhia”), constituída em 30 de maio de 2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6 andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agronegócio. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura (“Invivo Agro”); Varejo (“Invivo Retail”); e Vinho (“Invivo Wine”). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrociências e CCAB Participações Ltda. Em 22 de abril de 2022, através de AGE, a Companhia alterou seu estatuto para mudar a data-base de seu exercício social para 30 de junho de cada ano. Sendo assim, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa do ano anterior compreendem o período de 1º de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, correspondendo a um período de 12 meses. As demonstrações do ano corrente se referem ao período de 1º de outubro de 2021 até 30 de junho de 2022, correspondendo a um período de 9 meses. Desta forma, as demonstrações não estão em bases comparativas, haja vista a discrepância do período de abrangência de um exercício para o outro.</p> <p>2. <b>Base de preparação</b> – A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 02 de setembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.</p> <p>3. <b>Moeda funcional e moeda de apresentação</b> – Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>4. <b>Uso de estimativas e julgamentos</b> – As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa, periódica e tempestivamente, estas estimativas e suas premissas pelo menos anualmente. Caso haja modificações advindas das revisões das estimativas estas são reconhecidas prospectivamente. <b>Incertezas sobre premissas e estimativas:</b> As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de junho de 2022 e exercícios futuros estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 – Estoques – provisão para perdas na realização dos estoques; • Nota Explicativa nº 15 – Impostos diferidos – realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; • Nota Explicativa nº 19 – Intangível – recuperação de custos de desenvolvimento e taxas de amortização; • Nota Explicativa nº 12 – Instrumentos financeiros – Valorização e mensuração; • Nota Explicativa nº 18 – Direito de uso – estimativa taxa incremental de juros.</p> <p>5. <b>Base de mensuração</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo custo amortizado; • Despesas de juros; • Descontos concedidos e obtidos sobre as operações; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber, fornecedores e estoques; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de derivativos que não estão designados para hedge accounting. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. <b>Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. <b>Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:</b> A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. <b>Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:</b> Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. <b>Ativos intangíveis:</b> Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Companhia, bem como, os gastos incorridos para obtenção de registros para produção e comercialização de defensivos agrícolas e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 19, e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os seus custos de aquisição, os quais não são amortizáveis, tem o seu valor recuperável testado anualmente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. <b>Instrumentos financeiros:</b> Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. <b>Ativos financeiros:</b> A Companhia classifica seus instrumentos</p>														

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

CCAB Agro S.A.

os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação conforme descrito abaixo: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivo a Custo Amortizado: O valor pelo qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento. **Desreconhecimento (baixa)** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. No caso de renegociação, quando os fluxos de caixa contratuais de passivo financeiro forem renegociados ou de outro modo modificados e a renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento desse passivo financeiro de acordo com este pronunciamento, a entidade deve recalcular o valor contábil bruto do passivo financeiro e reconhecer o ganho ou a perda na modificação no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (empréstimos) visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por vendas realizadas em moeda estrangeira e compras a serem realizadas em moeda estrangeira de fornecedores estrangeiros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz da variação cambial dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. As operações de swap não são designadas para hedge accounting, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: • Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou • Hedge de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. O índice de hedge é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de hedge e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de Hedge da Companhia. Hedge de valor justo: A cobertura de valor justo atende aos critérios de qualificação definidos pelo CPC 48. A relação de proteção é contabilizada da seguinte forma: (a) O ganho ou a perda no instrumento de hedge é reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes), se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. (b) O ganho ou a perda protegida no item protegido é ajustado ao valor contábil do item protegido (se aplicável) e é reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido é reconhecido no resultado. Contudo, se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores permanecem em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, é reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda

correspondente reconhecida no resultado. Quando o item protegido no hedge de valor justo é um compromisso firme (ou componente dele) para adquirir o ativo ou assumir o passivo, o valor contábil inicial do ativo ou passivo que resulte do atendimento pela entidade do compromisso firme é ajustado para incluir a alteração acumulada no valor justo do item protegido que foi reconhecido no balanço patrimonial. Os ajustes incidentes do item (b) é amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter início assim que houver o ajuste e inicia-se quando o item protegido deixa de ser ajustado para ganhos e perdas de hedge. A amortização é baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começa essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido e que seja mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é aplicada a amortização da mesma forma, mas ao valor que representa o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido, em vez de ajustar o valor contábil. Hedge de fluxo de caixa: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro. Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido em conta separada no grupo de outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos conforme definido em Estatuto Social, quando exigíveis, são reconhecidos como passivo. **Redução ao valor recuperável – impairment: Ativos não financeiros:** A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais, internas e externas, da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 24. **q) Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base nas taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos do ativo e do passivo. A Administração efetuou análise dos valores do ativo e do passivo, vis-à-vis os prazos das operações e suas condições contratuais, identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente de ativos e passivos seja aplicável e relevante em relação às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, sendo ajustadas as rubricas "Contas a receber de clientes", conforme Nota Explicativa nº 8, e "Contas a pagar – fornecedores", conforme Nota Explicativa nº 20. **r) CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** A CCAB avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A CCAB reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Escritório Comercial: 10 anos; • Veículos automotores: 3 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os

passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento de alto valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **s) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A CCAB aplicou, pela primeira vez, certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.** As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **t) Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

**Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	30/06/2022	30/09/2021
Caixa e bancos	129.677	27.923
Aplicações financeiras	8.599	601
	138.276	28.524

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 100% a 101,50% em 2022 (60% a 100% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**8. Contas a receber de clientes**

	30/06/2022	30/09/2021
Mercado interno	512.029	436.266
(-) Ajuste a valor presente (a)	(11.990)	(13.670)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(9.191)	(3.688)
	490.848	418.908
Circulante	473.642	381.062
Não circulante	17.206	37.846
(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2022 a taxa de desconto de 5,91% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (4,95% em 30 de setembro 2021). Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber:		
	30/06/2022	30/09/2021
Saldo inicial	(3.688)	(3.498)
Adições	(6.558)	(1.537)
Reversões	1.055	1.347
Saldo final	(9.191)	(3.688)
O vencimento do Contas a Receber na data base das demonstrações financeiras está demonstrado a seguir:		
	30/06/2022	30/09/2021
À vencer	475.857	345.024
<b>Vencidos:</b>		
Até 30 dias	2.968	73.861
Entre 31 a 60 dias	13.954	-
Entre 61 a 90 dias	-	877
Entre 91 a 180 dias	-	2.868
Acima de 180 dias	19.250	13.636
	512.029	436.266
(-) Ajuste a valor presente	(11.990)	(13.670)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (a)	(9.191)	(3.688)
	490.848	418.908

(a) A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 9/CPC48 "Instrumentos financeiros", nova norma que determinou o reconhecimento de provisões para perdas estimadas do contas a receber (PECLD), a partir de métricas que definem a capacidade de seus clientes em honrar com seus compromissos. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CCAB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, na rubrica de despesas administrativas.

**9. Estoques**

	30/06/2022	30/09/2021
Produtos acabados	219.218	137.796
Estoques em poder de terceiros	112	8.622
Estoques em trânsito	2.754	649
(-) Ajuste a valor presente	(4.395)	(4.870)
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(5.603)	(4.750)
	212.086	137.447

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	30/06/2022	30/09/2021
Saldo inicial	(4.750)	(539)
Adições (a)	(5.401)	(4.747)
Reversões (b)	4.548	536
Saldo final	(5.603)	(4.750)

(a) A Empresa adotou, em 1º de setembro de 2020, a política de cálculo de Excesso e Obsolescência do Grupo Invivo, mais conservadora. (b) No período ocorreram reversões de provisões por conta de faturamentos de produtos anteriormente provisionados. A empresa fez campanha promocional que resultou na venda desses produtos. Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2022 a taxa de desconto de 5,91% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (4,95% em 30 de setembro de 2021).

**10. Impostos a recuperar**

	30/06/2022	30/09/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	5.433	5.780
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	2.191	661
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	12.337	18.657
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	14.297	13.821
Programa de integração social – PIS	740	351
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.622	992
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	1.383	1.042
Outros créditos tributários	39.003	41.321

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/09/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

CCAB Agro S.A.

**11. Partes relacionadas** – As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes. Em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 não houve a necessidade de constituição de "impairment" (provisão para perdas esperadas de créditos) envolvendo operações com partes relacionadas.

Nota de crédito despesas administrativas

	Ativo circulante		CCAB Participações Ltda. Invivo Group (b) Invivo Agrosociences Corporate Union Invivo Siege Bioline Latam
	30/06/2022	30/09/2021	
Invivo Group (a)	335	2.173	
Bioline Latam	-	59	
DTI Sementes	-	48	
	335	2.280	

(a) Valor referente a mútuo na prestação de serviço de TSA ("Technical Service Agreement") a pagar líquido das despesas anuais a receber do grupo Invivo que compõe a posição net de R\$335 em 30 de junho de 2022 (R\$2.173 em 30 de setembro de 2021)

	30/06/2022		30/09/2021	
	Mútuo a pagar	Fornecedores e Serviços a pagar	Mútuo a pagar	Fornecedores e Serviços a pagar
	-	758	-	927
	131.286	900	137.929	-
	-	-	-	320
	-	-	-	367
	-	-	-	173
	131.286	1.658	137.929	1.787

(b) O valor de R\$131.286 corresponde a um contrato de Mútuo obtido pela Companhia junto a sua controladora nos anos de 2017, 2018 e 2019 remunerados a 5% a.a. Os saldos das transações com partes relacionadas em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, que influenciaram o resultado do exercício são os seguintes:

	30/06/2022 (9 meses)						30/09/2021 (12 meses)					
	Despesas financeiras com mútuo	Varição cambial do mútuo	Honorários de consultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de produtos	Outras receitas despesas administrativas	Receitas financeiras com mútuo	Despesas financeiras com mútuo	Varição cambial do mútuo	Honorários de consultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de produtos	Outras receitas despesas administrativas	
CCAB Participações Ltda.	-	-	(1.298)	-	(10)	25	-	-	(1.301)	-	-	
Invivo Group	(6.090)	4.971	-	-	(191)	-	(18.933)	18.669	-	-	-	
Invivo Agrosociences Corporate	-	-	(3.078)	-	-	-	-	-	(644)	-	-	
Bioline Latam Participações Eireli	-	-	-	-	(358)	2	-	-	-	784	(147)	
DTI Sementes	-	-	-	-	(151)	-	-	-	-	-	398	
	(6.090)	4.971	(4.376)	-	(710)	27	(18.933)	18.669	(1.945)	784	251	

**12. Instrumentos financeiros** – a) Classificação contábil e valores justos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo ou custo amortizado com vencimentos na Safra seguinte 22/23. *Instrumentos financeiros classificados por categoria*

Ativos	Nível	30/06/2022			30/09/2021		
		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	138.276	-	138.276	28.524	-	28.524
Contas a receber de clientes	-	-	-	490.848	-	-	418.908
Partes relacionadas	-	-	-	335	-	-	2.280
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	17.846	17.846	-	13.870	13.870
Outros ativos circulantes	-	-	-	29.556	-	-	51.933
Outros ativos não circulantes	-	-	-	9.055	-	-	11.510
		138.276	17.846	529.794	28.524	13.870	484.631

Passivos	Nível	30/06/2022			30/09/2021		
		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado
Fornecedores	-	-	-	363.011	-	-	266.401
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	212.935	-	-	110.707
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	8.538	8.538	-	9.466	9.466
Outros passivos circulantes	-	-	-	51.523	-	-	32.290
Outros passivos não circulantes	-	-	-	969	-	-	969
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	132.944	-	-	139.716
		-	8.538	761.382	-	9.466	550.083

*Valor justo versus valor contábil:* Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: *Nível 1* – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; *Nível 2* – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; *Nível 3* – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. *Estrutura do gerenciamento de risco:* A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço dos defensivos agrícolas, de taxa de câmbio e de taxa de juros). i) *Risco de crédito:* Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral são garantidas por Cédula de Propriedade Rural (CPR) ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes selecionada e devido à baixa concentração de suas operações. As operações de venda a prazo com exposição acima de USD75 mil têm CPRs como garantia, bem como a Companhia tem por prática de crédito ter concentração máxima por cliente de até 5% do seu portfólio total de recebíveis. A Companhia possui ainda um importante mitigante de risco que está baseado em regra de governança do Acordo de Acionistas de sua holding, onde cada grupo acionista responde cumulativamente com seus dividendos futuros e ações

pelas obrigações de seus produtores. ii) *Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação a manutenção de planos de financiamento de dívida. a) *Aging passivos futuros:* O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações na data de 30 de junho de 2022.

	30/06/2022
Empréstimos e financiamentos	212.935
Até 30 de junho de 2022	212.935
Fornecedores	363.011
Até 30 de junho de 2022	363.011
Total	575.946

iii) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. b) *Risco de preço dos defensivos agrícolas:* Esse risco é proveniente da volatilidade dos preços dos defensivos agrícolas negociados pela Companhia. No caso de ocorrer uma variação relevante nos preços dos defensivos agrícolas, a Companhia é capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, sem impactar a margem de lucro visto que a programação de suas compras é efetuada de forma coordenada com os seus pedidos de venda colocados. c) *Risco de taxa de câmbio:* O resultado da Companhia está suscetível a sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte americano, decorrentes da captação de recursos no mercado e da venda de produtos atrelados à variação da taxa de câmbio da moeda estrangeira. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, configurando assim operações com hedge natural quando isso não é possível as exposições cambiais oriundas do descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira devem ser neutralizadas através da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos elegíveis para fins de hedge política estabelecida pela Administração da Companhia. d) *Análise de sensibilidade:* Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros a CCAB realiza quatro cenários de moeda estrangeira em relação a taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2022 (30 de setembro de 2021), conforme demonstrado abaixo:

	Saldo contábil		Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil		Depreciação taxa		Apreciação taxa	
	30/06/2022	30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)	30/06/2022	30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)
Ativos	5.2380	5.4394	2.619	3.9285	7.857	6.5475	5.2380	5.4394	2.619	3.9285	7.857	6.5475
Contas a receber de clientes	250.329	294.619	125.165	187.747	375.494	312.911	250.329	294.619	125.165	187.747	375.494	312.911
Instrumentos financeiros derivativos	17.846	13.870	18.467	8.364	214.108	108.300	17.846	13.870	18.467	8.364	214.108	108.300
Total	268.175	308.489	143.632	196.111	589.602	421.211	268.175	308.489	143.632	196.111	589.602	421.211
Passivos	373.185	233.114	186.593	279.889	559.778	466.481	373.185	233.114	186.593	279.889	559.778	466.481
Empréstimos	6.617	3.350	3.309	4.963	9.926	8.271	6.617	3.350	3.309	4.963	9.926	8.271
Fornecedores	373.185	233.114	186.593	279.889	559.778	466.481	373.185	233.114	186.593	279.889	559.778	466.481
Comissões sobre vendas a pagar	2.408	1.675	1.204	1.806	3.612	3.010	2.408	1.675	1.204	1.806	3.612	3.010
Instrumentos financeiros derivativos	8.538	9.185	209.123	103.315	21.944	11.842	8.538	9.185	209.123	103.315	21.944	11.842
Outras contas a pagar com partes relacionadas	131.286	137.929	65.643	98.465	196.929	164.108	131.286	137.929	65.643	98.465	196.929	164.108
Total	522.034	383.578	465.872	488.438	792.189	653.712	522.034	383.578	465.872	488.438	792.189	653.712

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas ao Dólar. Base informativa: taxa banco central 30 de junho de 2022. e) *Risco de taxas de juros:* A Companhia está exposta a variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI, nos empréstimos, debentures e mútuos com partes relacionadas. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. A estabilidade da taxa CDI para o próximo exercício teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto, considerando que todas as outras variáveis mantidas constantes.

Ativos	NE	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	30/09/2021	Depreciação taxa		Apreciação taxa	
			30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)			Cenário I (+25%)	30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)
Contas a receber de clientes	08	512.029	11.990	5.995	8.993	17.985	20.983	11.990	5.995	8.993	17.985	20.983
Estoques	09	222.084	4.395	2.198	3.296	6.593	7.691	4.395	2.198	3.296	6.593	7.691
Contas a receber com a venda de ativos	13	14.629	1.308	654	981	1.962	2.289	1.308	654	981	1.962	2.289
Outras contas a receber	13	730	72	36	54	108	126	72	36	54	108	126
Total Ativos		749.472	17.765	8.883	13.324	26.648	31.089	17.765	8.883	13.324	26.648	31.089

Passivos	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	30/09/2021	Depreciação taxa		Apreciação taxa		
		30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)			Cenário I (+25%)	30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)
Fornecedores	20	363.011	9.316	4.658	6.987	13.974	16.303	9.316	4.658	6.987	13.974	16.303
Total Passivos		363.011	9.316	4.658	6.987	13.974	16.303	9.316	4.658	6.987	13.974	16.303

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (AVP).

Passivos	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	30/09/2021	Depreciação taxa		Apreciação taxa		
		30/06/2022	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)			Cenário I (+25%)	30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)
Empréstimos	173.539	11.539	5.770	8.654	17.309	14.424	11.539	5.770	8.654	17.309	14.424	
Total Passivos		173.539	11.539	5.770	8.654	17.309	14.424	11.539	5.770	8.654	17.309	14.424

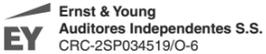
São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (CDI). f) *Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito acima. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados com base nos seus controles internos. Para gestão das suas exposições cambiais, a Companhia contrata instrumentos derivativos com o objetivo de hedge (NDFs de dólar norte americano). A tabela abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. *Demonstrativo das respectivas contrapartes e mercado de negociação ou de registro dos instrumentos:* O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações:

Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Notional		30/06/2022		30/09/2021	
					referência	Valor de	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	01/10/2021	450	-	-	-	-	(21)
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	10/11/2021	350	-	-	-	-	(11)
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	19/11/2021	500	-	-	99	-	-
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	01/12/2021	2.000	-	-	293	-	-
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	15/10/2021	2.000	-	-	222	-	-
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	15/12/2021	450	-	-	-	-	(162)
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	21/12/2021	3.000	-	-	542	-	-
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Cetip	28/12/2021	2.000	-	-	458	-	-
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	30/11/2021	1.900	-	-	118	-	-

Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Notional		30/06/2022		30/09/2021	
					referência	Valor de	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	01/11/2021	4.500	-	-	-	-	(61)
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	15/10/2021	1.300	-	-	-	-	(314)
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	29/10/2021	5.000	-	-	-	-	513
Non deliverable forwards										



... continuação									
CCAB Agro S.A.									
	30/09/2020	Adições	Baixas	30/09/2021	Adições	Baixas	30/06/2022		
<b>Depreciação acumulada</b>									
Edifícios de direito de uso	(750)	(686)	-	(1.436)	(595)	-	(2.031)		
Veículos de direito de uso	(212)	(450)	171	(491)	(367)	245	(613)		
	(962)	(1.136)	171	(1.927)	(962)	245	(2.644)		
<b>Total do ativo de direito de uso</b>	<b>6.604</b>	<b>759</b>	<b>(544)</b>	<b>6.819</b>	<b>515</b>	<b>(43)</b>	<b>7.291</b>		
<b>Passivo de arrendamento</b>									
Edifícios de direito de uso	6.845	605	-	(912)	432	-	6.970		
Veículos de direito de uso	674	826	(67)	(464)	59	-	1.028		
<b>Total do passivo</b>	<b>7.519</b>	<b>1.431</b>	<b>(67)</b>	<b>(1.376)</b>	<b>491</b>		<b>7.998</b>		
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.664</b>						<b>1.741</b>		
<b>Passivo não circulante</b>	<b>5.855</b>						<b>6.257</b>		
<b>Passivo de arrendamento</b>									
Edifícios de direito de uso	6.025	1.298	-	(1.000)	522	-	6.845		
Veículos de direito de uso	1.115	879	(840)	(550)	70	-	674		
<b>Total do passivo</b>	<b>7.140</b>	<b>2.177</b>	<b>(840)</b>	<b>(1.550)</b>	<b>592</b>		<b>7.519</b>		
d) Cronograma de vencimento dos arrendamentos									
	30/06/2022			30/09/2021					
	Edifícios	Veículos	Total	Edifícios	Veículos	Total			
de jan/21 até dez/21	-	-	-	300	154	454			
de jan/22 até dez/22	665	267	932	1.202	409	1.611			
de jan/23 até dez/23	1.331	482	1.813	1.202	116	1.318			
de jan/24 até dez/24	1.331	389	1.720	1.202	60	1.262			
de jan/24 até dez/25	1.331	142	1.473	1.202	-	1.202			
de jan/26 até dez/29	4.656	-	4.656	4.280	-	4.280			
	9.314	1.280	10.594	9.388	739	10.127			
Juros embutidos	(2.345)	(251)	(2.596)	(2.543)	(65)	(2.608)			
<b>Passivo dos arrendamentos</b>	<b>6.969</b>	<b>1.029</b>	<b>7.998</b>	<b>6.845</b>	<b>674</b>	<b>7.519</b>			
<b>19. Intangível</b> – Em 30 de Junho de 2022 e 30 de Setembro de 2021, a Companhia possuía registrados os seguintes ativos intangíveis:									
	30/09/2020			30/09/2021					
	Adições	Baixas	30/06/2022	Adições	Baixas	30/06/2022			
<b>Custo</b>									
Softwares	5 anos	5.021	48	5.069	-	-	5.069		
Patentes e marcas registradas	Indefinida	39.492	2.857	42.349	2.151	(90)	44.410		
		44.513	2.905	47.418	2.151	(90)	49.479		
<b>Amortização acumulada</b>									
Softwares	5 anos	(4.391)	(354)	(4.745)	(168)	-	(4.913)		
		(4.391)	(354)	(4.745)	(168)	-	(4.913)		
<b>Perda por redução do valor recuperável</b>									
Patentes e marcas registradas		(445)	-	(445)	(756)	-	(1.201)		
		(445)	-	(445)	(756)	-	(1.201)		
<b>Total do Intangível</b>		<b>39.677</b>	<b>2.551</b>	<b>42.228</b>	<b>1.227</b>	<b>(90)</b>	<b>43.365</b>		
A Companhia possui ativos intangíveis relativos a gastos com o processo para formação de dossiê técnico e posterior obtenção de registros de produtos com vida útil indefinida no valor de R\$44.410 em 30 de junho de 2022 (R\$42.349 em 30 de setembro de 2021). <b>Vida útil definida:</b> Para os ativos com vida útil definida foi utilizado como critério de amortização o prazo de vida útil estimada dos benefícios por eles gerados. <b>Vida útil indefinida:</b> A Companhia atribui vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade. Ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado, porém, a entidade testa a perda de valor desses ativos, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, pelo menos anualmente ou sempre que existe indícios de que o ativo possa ter perdido valor. A maior parte dos ativos intangíveis da Companhia é composta de custos capitalizados para obtenção/desenvolvimento de Registros/Marcas de produtos com vida útil indefinida. <b>Redução ao valor recuperável – impairment:</b> A Companhia efetua anualmente uma análise sobre a recuperabilidade dos bens do ativo intangível de vida útil indefinida, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável, abaixo as premissas utilizadas para avaliação efetuada no exercício. • A data-base da avaliação foi 30 de junho de 2022; • Foi considerado expectativa de inflação futura para os dados avaliados; • As projeções financeiras foram elaboradas em Dólar Americano (USD) e convertidas para Real brasileiro (BRL) ao fim do cálculo do valor presente, para fins de comparação com o valor contábil do Ativo; • A Companhia realizou projeção por um período de 6 (anos) anos, entre julho de 2022 e junho de 2028, sendo considerado o valor residual após essa data, tal período foi utilizado para contemplar os fluxos de caixa esperados dos produtos que demandam elevado período até obtenção de registro da marca; • A taxa de crescimento nominal na perpetuidade considerada foi de 2,0% a.a.; • Para descontar os valores dos fluxos de caixa futuros foi utilizada a taxa de desconto nominal de 11,6% a.a. (10,1% em 2021); • Principal critério para composição das unidades geradoras de caixa foi o modo de ação dos produtos, segregados entre fungicidas, herbicidas e inseticidas. As principais premissas utilizadas pela Companhia para elaboração do suas projeções de fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. • Volumes históricos de produtos comercializados; • Para produtos sem histórico de comercialização foi utilizado o tamanho de mercado com base no relatório do IBAMA mais <i>market share</i> médio de 4% a.a sobre volume (taxa de crescimento médio do mercado de agroquímicos brasileiro); e • Redução de 2% a.a. nos preços e custos de acordo com média histórica da Companhia. A análise efetuada resultou no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$756 incluída na rubrica "Outras despesas operacionais em dezembro de 2021, líquidas", na demonstração do resultado (R\$445 em setembro de 2020).									
<b>20. Fornecedores</b>									
				30/06/2022	30/09/2021				
Mercado interno				2.322	91.249				
Mercado externo				370.005	180.159				
Ajuste a valor presente (a)				(9.316)	(5.007)				
				363.011	266.401				
(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2022 a taxa de desconto de 5,91% a.a (4,95% a.a. em 30 de setembro de 2021), correspondente ao custo médio ponderado de captações.									
<b>21. Empréstimos</b>									
						Juros apro- Variação			
						pagos	Cambial		
	Taxas Vencimen- contratuais	tos finais	30/09/2021	Captação	Amorti- zação	Juros pagos	30/06/2022		
Circulante									
Empréstimos em moeda nacional									
Capital de giro	1,67% – 5,06% a.a. CCC (*)	09/2022	52.415	129.461 (51.904)	(1.463)	7.321	-	135.830	
Nota de crédito à exportação	3,2% – 3,8% a.a. CCC (*)	16/09/2022	58.292	65.000 (56.750)	(3.656)	7.602	-	70.488	
Duplicata descontada	1,19% a.a. SSC (*)	03/06/2022	-	144.121 (150.038)	-	5.917	-	-	
<b>Total moeda nacional</b>			<b>110.707</b>	<b>338.582 (258.692)</b>	<b>(5.119)</b>	<b>20.840</b>		<b>206.318</b>	
Empréstimos em moeda estrangeira									
Nota de crédito à exportação	4,35% a.a. SSC (**)	30/10/2020	-	24.773 (21.447)	(1.297)	1.411	(3.440)	-	
Financiamento de importação	2,672% – 3,5% a.a. SSC (**)	19/12/2022	-	7.144	(31)	90	(586)	6.617	
<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>110.707</b>	<b>31.917 (21.447)</b>	<b>(1.328)</b>	<b>1.501</b>	<b>(4.026)</b>	<b>6.617</b>	
								<b>212.935</b>	
	Taxas Vencimen- contratuais	tos finais	30/09/2020	Captação	Amorti- zação	Juros pagos	Juros apro- Variação		
							pagos	Cambial	
Circulante									
Empréstimos em moeda nacional									
Capital de giro	2,40% a.a. CCC (*)	30/11/2021	-	218.841 (166.999)	(3.826)	4.399	-	52.415	
Nota de crédito à exportação	2,63% a.a. CCC (*)	30/11/2021	-	56.750	-	1.542	-	58.292	
<b>Total moeda nacional</b>			<b>-</b>	<b>275.591 (166.999)</b>	<b>(3.826)</b>	<b>5.941</b>		<b>110.707</b>	
Empréstimos em moeda estrangeira									
Capital de giro	3,95% a.a. SSC (**)	28/05/2021	85.594	-	(80.163)	(2.417)	1.957	(4.971)	-
Nota de crédito à exportação	4,35% a.a. SSC (**)	30/10/2020	45.616	-	(46.272)	(641)	168	1.129	-
<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>131.210</b>	<b>-</b>	<b>(126.435)</b>	<b>(3.058)</b>	<b>2.125</b>	<b>(3.842)</b>	
			<b>131.210</b>	<b>275.591 (293.434)</b>	<b>(6.884)</b>	<b>8.066</b>	<b>(3.842)</b>	<b>110.707</b>	
(*) CCC – Juros Compostos na Capitalização; Juros Compostos na Descapitalização e dias do Calendário Civil. (**) SSC – Juros Simples na Capitalização; Juros Simples na Descapitalização e dias do Calendário Civil.									
<b>22. Obrigações com pessoal</b>									
				30/06/2022	30/09/2021				
Férias				922	1.404				
13º salário				337	527				
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS				164	189				
Instituto nacional do seguro social – INSS				569	688				
Participação nos lucros e resultados				2.202	1.224				
				4.194	4.032				
<b>23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</b> – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas demandas e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis em discussão: a) <b>Questões trabalhistas:</b> A Companhia tem a responsabilidade pelos processos judiciais, advindos de ex-funcionários, para os quais a Companhia monitora os controles utilizados por estes a fim de reduzir sua exposição. Em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, são realizados complementos na provisão quando há risco de perdas prováveis. Não há processos possíveis e prováveis, até a data da divulgação desta demonstração financeira relacionados às demandas trabalhistas. b) <b>Questões cíveis:</b> A Companhia é ré em ações judiciais cíveis de clientes, em caso de condenação o valor a ser pago será determinado pelo juiz. Quando os riscos de perda são considerados prováveis, são realizados complementos na provisão. Em 31 de junho de 2022, a provisão classificada como provável no montante de R\$984 é decorrente a um pagamento indevido do qual a Companhia irá arcar com 50% para a empresa Ningbo Sunjoy. Os processos classificados como risco de perda possível não são provisionados pela Companhia e totalizaram R\$917 (R\$904, em 30 de setembro de 2021). A redução dos saldos com risco de perda possível, se deve ao acordo realizado referente ao processo que a CCAB sofria, onde a mesma era ré em embargos à execução. c) <b>Questões tributárias:</b> A Companhia monitora os controles utilizados por estes a fim de reduzir sua exposição. Em conformidade com a avaliação dos assessores jurídico, são realizados complementos na provisão quando há risco de perdas prováveis. Em 2021, devido à análise do trâmite do processo na justiça, houve mudança de prognóstico do mesmo de possível para provável. Este processo refere-se a auto de infração para cobrança de débitos de IRPJ e CSLL em razão de glosa de cálculo dos referidos tributos, acrescidos de multa de ofício qualificada, bem como na determinação de ajustes no prejuízo fiscal e na base de cálculo negativa da CSLL. O valor provisionado é R\$4.631 (R\$4.375 em 30 de setembro 2021). A seguir apresentamos as provisões para demandas judiciais e administrativas por natureza:									
				30/09/2021	Adições	Baixas	Reversões	30/06/2022	
<b>Perda Provável</b>									
Cíveis				-	984	-	-	984	
Tributárias				4.375	319	(63)	-	4.631	
<b>Provisões para Risco</b>				<b>4.375</b>	<b>1.303</b>	<b>(63)</b>		<b>5.615</b>	
				30/09/2020	Adições	Baixas	Reversões	30/09/2021	
<b>Perda Provável</b>									
Tributárias				3.286	4.375	(4.564)	-	4.375	
<b>Provisões para Risco</b>				<b>3.286</b>	<b>4.375</b>	<b>(4.564)</b>		<b>4.375</b>	
<b>24. Impostos e contribuições a recolher</b>									
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ								5.524	2.603
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL								2.015	951
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS								1.456	2.494
Outros								198	221
								9.193	6.269
								30/06/2022	30/09/2021
<b>25. Outros passivos</b>									
Adiantamentos de clientes (a)								31.515	10.353
Comissões sobre vendas a pagar								7.574	7.047
Prestação de serviços a pagar								4.973	6.722
Frete e armazenagens a pagar								1.062	3.865
Provisão para desconto de pontualidade								1.542	1.640
Provisão para reestruturação								3.572	1.745
Outras contas a pagar								2.254	1.887
								52.492	33.259
<b>Circulante</b>								51.523	32.290
<b>Não circulante</b>								969	969
(a) A Companhia recebeu em 13 de maio de 2022 um adiantamento da empresa Macrofertel no montante de R\$24.703, esse recebimento antecipado é decorrente a pedidos pagos a vista e serão compensados futuramente mediante aos faturamentos.									
<b>26. Patrimônio líquido</b> – a) <b>Capital social:</b> Em 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2021 o capital social integralizado da Companhia é de R\$110.198 correspondente a 35.491.314 ações sem valor nominal representado pelas ações conforme segue:									
				30 de setembro de 2021 e 2020					
				Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais classe "A"	Quantidade de ações preferenciais classe "B"			Total
Invivo Agrosciences				20.572.314	1	1			20.572.316
CCAB Participações Ltda.				14.918.998					14.918.998
				<b>35.491.312</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			<b>35.491.314</b>
b) <b>Reserva de capital:</b> <i>Ágio na emissão de ações:</i> Em 4 de julho de 2017, a Invivo Agrosciences realizou a integralização de capital social, no montante de R\$33.898, sendo R\$5.574 referentes à integralização de 2.625.640 ações ordinárias, subscritas nos termos da AGE realizada em nesta data, e R\$28.324 referente a contribuição do subscritor que ultrapassou o valor nominal desta emissão das ações destinadas a formação de capital social, sendo esta parcela destinada para a conta de Reserva de Capital, conforme o disposto na alínea "a", parágrafo 1º, do artigo 182 da Lei 6.404/76. c) <b>Reserva legal:</b> Do lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, quando aplicável, tem a seguinte destinação: 5% para reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado ou 30% das reservas totais. Em 30 de junho de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$6.544 (R\$6.051 em 30 de setembro de 2021). d) <b>Retenção de lucros:</b> No exercício findo em 30 de junho de 2022, a Administração propôs a retenção de parte do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 9.357. Essa proposição deverá ser submetida a aprovação da assembleia geral da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. e) <b>Outros resultados abrangentes:</b> A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa tendo como natureza do risco protegido a variação cambial. Com o objetivo de neutralizar o risco da variação de moeda estrangeira causados pela variabilidade das taxas de câmbio dos resultados previstos em dólar norte-americano, a Companhia adotou a implementação da política de Hedge Accounting. O montante reconhecido neste item refere-se em sua totalidade a efeitos cambiais líquidos de impostos protegidos de acordo com esta política.									
f) <b>27. Receita operacional</b> – Os valores das receitas de vendas de produtos e serviços encontram-se demonstrados por seus valores de faturamento originais deduzidos dos respectivos cálculos de ajuste a valor presente determinados pelo CPC 12 – Ajuste a valor presente, impostos e devoluções, conforme abaixo demonstrado:									

... continuação		
CCAB Agro S.A.		
Diretoria	Contador	
Eric Charles Seban – Diretor Executivo	Wagner Assis Angelim – Diretor Financeiro	João Victor Viana da Costa – CRC 1PR 058.178/O-9 T-SP
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
<p>Aos Administradores e Acionistas da CCAB Agro S.A. – São Paulo-SP</p> <p><b>Opinião com ressalva:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 9 meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 9 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião com ressalva:</b> Conforme descrito na Nota explicativa 16, em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 – SRRF01/DISIT, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores de subvenção do ICMS do IRPJ e da CSLL desde que "foram concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos". Desta forma, a Companhia apurou um montante de R\$67.719 mil, pagos a maior no período de 2016 a 2019. Entretanto, em 30 de setembro de 2021, a Companhia registrou apenas os créditos referente aos anos de 2016 a 2018, no montante de R\$39.264 mil, alegando que contabilização será realizada de acordo com a autorização do crédito pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com a decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável a Companhia é provável que benefício o fluirá. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre lucros determina que quando for provável que o benefício fluirá para a Companhia e o benefício pode ser mensurado confiavelmente, então o seu reconhecimento é adequado. Desta forma, em 30 de junho de 2022, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão registrados a menor em R\$28.455 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de</p>	<p>Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Ênfase:</b> <i>Mudança do exercício social da Companhia:</i> Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, onde é divulgado que em decorrência da mudança do exercício social da Companhia de setembro para junho, as demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 9 meses findo em 30 de junho de 2022, não estão apresentadas em bases comparativas com o exercício findo em 30 de setembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, ou não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional</p>	<p>e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a diretoria e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>
São Paulo, 02 de setembro de 2022		
 Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6		Maurício Mitio Yuhara Contador CRC-1SP260523/O-3

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/09/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Ravipa Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.672/0001-68 – NIRE 35.300.485.777

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 15/07/2022, às 10:00 horas – Retificação**  
Na publicação da ata em epígrafe, inserida neste jornal nas edições Impressa e Digital, ambas de 13 de agosto de 2022, por equívoco, constou de forma incorreta o número do registro da mesma perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Assim sendo, **onde se lê:** "Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 347.889/22-0 em 13/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.". **O correto é:** "Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 452.119/22-4 em 01/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral."  
*Permanecem inalterados os demais termos da citada publicação.*

## Virapa Administração de Imóveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.677/0001-90 – NIRE 35.300.485.769

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 15/07/2022, às 10:00 horas – Retificação**  
Na publicação da ata em epígrafe, inserida neste jornal nas edições Impressa e Digital, ambas de 13 de agosto de 2022, por equívoco, constou de forma incorreta o número do registro da mesma perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Assim sendo, **onde se lê:** "Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 360.529/22-7 em 13/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.". **O correto é:** "Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 451.816/22-5 em 01/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral."  
*Permanecem inalterados os demais termos da citada publicação.*

## ZD Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 56.073.307/0001-77 – NIRE 35.300.355.041

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2022**

**Data:** A 01 (um) dia do mês de julho de 2022. **Hora:** As 09:00 (nove) horas. **Local:** Na sede social da Companhia, localizada na Avenida Antonieta Altenfelder, nº 705, município de Marília, Estado de São Paulo. **Presença:** Com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de novembro de 1976 – LSA, alterada pelas Leis nº 9.457 de 05 de maio de 1997, Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Mesa:** Presidente: Sr. **Paulo Sérgio Zaporolli Dedemo**; Secretário: Sra. **Isabel Cristina Spila Dedemo**. **Ordem do Dia: A)** Deliberar sobre a redução do capital social da companhia mediante restituição de parte do valor das ações ao acionista Dedemo Participações Ltda., sociedade empresária estabelecida na Avenida Antonieta Altenfelder nº 705, Sala 03, Jardim Santa Antonieta, no município de Marília, Estado de São Paulo, CEP 17.512-130, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.222.042.469, em sessão de 17 de julho de 2008 e última alteração contratual arquivada sob o nº 36.528/21-3, em sessão de 21 de janeiro de 2021, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.198.892/0001-30, representada neste ato pelo seus sócios administradores Stênio Dedemo, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, data de nascimento: 26/04/1981, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 30.595.657-7/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 295.069.938-31, residente e domiciliado na Rodovia SP 333, Km 321 + 950 metros, Bairro: Meirim, CEP: 17500-970, no Município de Marília, Estado de São Paulo e Eloizi Cristina Dedemo Ferraz, brasileira, casada sob regime de separação de bens, data de nascimento: 12/11/1978, engenheira de alimentos, portadora da Carteira de Identidade RG nº 30.595.642-5/SSP-SP, inscrita no CPF/ME sob nº 268.963.958-07, residente e domiciliada na Rua Dolores Guerreiro de Oliveira, 361, Residencial Reserva Esmeralda, CEP: 17.500-970, no Município de Marília, Estado de São Paulo; B) Deliberar sobre a transferência de titularidade de bens imóveis de propriedade da companhia ao acionista Dedemo Participações Ltda. a título de devolução de parte de suas ações. **Deliberações:** A) Por entender que o capital social é excessivo em relação ao seu objeto e sob o amparo do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, foi deliberada a redução do capital social da companhia que atualmente encontra-se totalmente integralizado na importância de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para R\$ 69.049.189,57 (sessenta e nove milhões, quarenta e nove mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), com a restituição proporcional de parte do valor das ações à acionista Dedemo Participações Ltda., o que foi aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem reservas e restrições; B) Fica decidido que o valor de R\$ 950.810,43 (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e dez reais e quarenta e três centavos), representativo de 7.651 (sete mil seiscentos e cinquenta e uma) ações, será restituído à acionista Dedemo Participações Ltda., a título de devolução de parte do valor das suas ações, por intermédio da transferência da titularidade dos seguintes bens imóveis de propriedade da companhia e avaliados a valor contábil, discriminados no Anexo A, deste instrumento. O acionista Paulo Sérgio Zaporolli Dedemo, brasileiro, casado, data de nascimento: 25/01/1954, industrial, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.818.600-1/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 486.608.418-91, residente e domiciliado na Rodovia SP 333, Km 321 + 950 metros, Bairro: Meirim, CEP: 17500-970, no Município de Marília, Estado de São Paulo renuncia a titularidade inerente aos bens imóveis restituídos ao acionista Dedemo Participações Ltda. a título de devolução de parte do valor das ações de capital. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. **Acionistas Presentes:** Sr. **Paulo Sérgio Zaporolli Dedemo** e **Dedemo Participações Ltda.**, neste ato representada pelos sócios Sr. Stênio Dedemo e Sra. Eloizi Cristina Dedemo Ferraz. Declara-se que a presente ata é cópia autêntica da original lavrada em livro próprio. Marília/SP, 01 de julho de 2022. (ass.) Paulo Sérgio Zaporolli Dedemo – Presidente da Mesa; Isabel Cristina Spila Dedemo – Secretária. **ZD Alimentos S/A, Stênio Dedemo – Diretor Presidente; ZD Alimentos S/A, Eloizi Cristina Dedemo Ferraz – Diretora Vice-Presidente de Mercado. Acionistas: Paulo Sérgio Zaporolli Dedemo; Dedemo Participações Ltda., Stênio Dedemo – Representante Legal; Dedemo Participações Ltda., Eloizi Cristina Dedemo Ferraz – Representante Legal.**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/09/2022



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**